

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 15 DE ABRIL DE 1998

*Senhores Ministros de Estado; Senhores Oficiais-Generais; Senhoras e Senhores,*

É sempre com muita satisfação que presido a cerimônia de apresentação, ao Presidente da República, dos Oficiais-Generais recém-promovidos, na qual, simbolicamente, fica demonstrada a consideração das Forças Armadas com o seu Comandante Supremo. Além disso, atesta-se a mútua relação de confiança.

Pela décima vez, promovo almirantes, generais e brigadeiros, nos três níveis, totalizando já 90% do efetivo. Esta promoção no mais alto segmento da estrutura das Forças caracteriza a salutar renovação da chefia, que permite dinamismo, atualização e rejuvenescimento a qualquer instituição.

Os senhores alcançam esses altos postos devido a uma carreira em que demonstraram possuir as qualidades pessoais inerentes ao chefe militar, a preparação permanente, visando ao melhor desempenho das funções e a noção correta do papel das Forças Armadas no contexto da Nação e nas tarefas do Estado. Assim, promovê-los é, para mim, confirmar uma seleção conduzida ao longo de três ou quatro décadas de

serviço, em que os senhores puderam contribuir para o progresso das nossas Forças singulares.

Nesse esforço contínuo pela evolução institucional, destacamos, durante a convocação extraordinária do Congresso Nacional, a oportunidade de ver aprovada a chamada Proposta de Emenda Constitucional da Desvinculação, atribuindo aos militares regime jurídico próprio, conforme já registravam sucessivas Constituições do Império e da República. Sua tramitação contou, sempre, com o apoio integral do Presidente da República, pois reconheço o perfil diferenciado da profissão militar, caracterizado pela dedicação integral, espírito de sacrifício e vontade de servir, evidenciados, por exemplo, no recente episódio do incêndio em Roraima.

Da mesma forma, considero mais uma conquista que reflete a especificidade da profissão militar o acréscimo de novo percentual da Gratificação por Condições Especiais de Trabalho (GCET) aos vencimentos, representando outro passo na busca de uma remuneração justa e adequada. Volto a afirmar, como quando da criação da GCET, que não concedi o que quero, mas o que posso, segundo o que me permite a atual situação da economia.

Tem sido preocupação minha, apesar das injunções da estabilização econômica e da prioridade atribuída à área social, o reaparelhamento das Forças Armadas, visando à modernização e substituição de equipamentos. Várias operações de crédito externo têm sido apoiadas em coerência com o prescrito em nossa política de defesa nacional.

Há dias, assinei o decreto dispondo sobre os meios aéreos da Marinha, permitindo melhor cumprimento das suas missões constitucionais, tendo em vista a almejada evolução da estrutura dos meios de defesa.

Foi no mesmo sentido que determinei estudos sobre o reaparelhamento da Aeronáutica. Nesse episódio, quero registrar a comprovação evidente do perfeito entendimento das Forças Armadas diante das exigências da era moderna e da visão de conjunto do Brasil.

Afirmei, em meu discurso de posse, que a criação do Ministério de Defesa seria um dos pontos básicos do programa de governo. Ele tem

por objetivo otimizar o sistema de defesa nacional, com base na política de defesa, para o que deverá orientar, supervisionar e coordenar as ações das Forças singulares e de outros segmentos do Governo.

O processo de sua criação está avançando firmemente. Estamos, hoje, na fase do estabelecimento das suas atribuições decorrentes do grau de integração de atividades comuns aos Ministérios militares e outros órgãos. No próximo passo, estará sendo determinada a sua estrutura.

Continuo movido pelo interesse de dotar o Brasil de um sistema de defesa capaz de responder às exigências do século XXI. Às preocupações inerentes à defesa convencional de todo o território somar-se-ão novos desafios, os quais irão requerer a atenção das nossas Forças Armadas: o combate ao narcotráfico e a outros crimes fronteiriços, que, de maneira peculiar, mas muito perceptível, ameaçam a soberania nacional, devido ao crescimento do seu poder e de sua audácia – exige apoio militar para que sejam eficazmente enfrentados; as ameaças ao meio ambiente que, por diversas formas, se manifestam em nosso território, cujas dimensões só podem ser atingidas com apoio logístico militar; as emergências de cunho social que necessitam de resposta imediata e de grande alcance e capilaridade, capacidade só presente nas organizações militares e que, aliás, sempre esteve disponível no meu governo.

Ao mencionar essas circunstâncias, eu quero, mais uma vez, ressaltar – e aqui está dito – que, não fosse a organização das nossas Forças Armadas, não teríamos, o poder do Estado, o Governo do Brasil, o Estado brasileiro e a Nação brasileira, a capacidade de responder, com determinação e com propriedade, aos desafios, que são desafios que implicam a nossa soberania, o território nacional na sua totalidade, como os desafios do meio ambiente, as ameaças do narcotráfico, as emergências sociais. Tudo isso só tem sido passível de uma resposta imediata, de uma resposta adequada dado o grau de organização e de eficiência das Forças Armadas.

E, como Chefe Supremo das Forças Armadas, é do meu dever sublinhar a gratidão do País por essa possibilidade de nós nos mantermos unidos, respondendo sempre aos novos desafios e pensando sempre no

bem-estar do nosso povo, graças à existência desse espírito de profissionalismo das nossas Forças Armadas.

Os senhores, nesse sentido, terão a oportunidade de contribuir, nos elevados cargos que irão assumir, com a experiência e a visão que desenvolveram ao longo da carreira. A sua dedicação, entusiasmo, vontade e orgulho de servir ao Brasil são imprescindíveis para esse empreendimento.

Dedico, como de costume, as minhas palavras finais às digníssimas famílias, que os acompanham e compartilham preocupações e responsabilidades, tendo participação ativa em suas realizações e vitórias.

Sejam felizes e muito obrigado.